

PROGRAMA LISTA B

Direito à Cidade conquista-se à Esquerda

Temos em mãos a responsabilidade de construir uma esquerda socialista, plural, combativa e influente, capaz de ser alternativa popular a nível local e nacional.

O foco do trabalho no Porto é o direito à cidade. Somos alternativa à agenda da especulação, da exclusão e da segregação urbana.

Damos todo o apoio a todos/as eleitos/as bloquistas para mudar o Porto: Travaremos as lutas necessárias para acabar com a lei das rendas e dos despejos, combater a pobreza e as discriminações, não deixar o urbanismo nas mãos da especulação imobiliária, defender o Estado social, o ambiente e a participação cidadã.

1. A palavra às/aos aderentes – Todos/as são precisos, todas/os têm lugar

Assumimos as diferenças entre nós como estímulo para a nossa pluralidade criativa. Tanto no que queremos – a participação de todos/as como condição democrática para decidir, como no que não queremos – um Bloco compartimentado, institucionalizado, onde não há lugar para todos/as, desligado da vida dos que partilham esta cidade.

Uma direção tem a obrigação de promover, organizar e criar espaço e tempo para o debate entre todos/as, para o ativismo e para a participação nos temas, nas áreas e nos combates que cada um/a queira abraçar. Não há uns mais importantes do que outros e não nos resignamos a um partido fechado e sem espaço para o trabalho voluntário e militante.

Queremos descentralização e maior capacidade de definição de objetivos, de coordenação e de articulação. Formação, apoios e meios, rotinas de discussão, de iniciativa e de participação interna potenciadoras da coerência das intervenções. **É para isto que serve uma Concelhia: pluralidade de pensamento e unidade na ação na cidade.**

2. O direito à cidade conquista-se à esquerda

O direito à cidade choca com a visão mercantilista e neoliberal da cidade. Estamos nessa fronteira, sem hesitações.

Direito à cidade significa todos/as poderem aceder aos bens que a cidade inclusiva e participativa deve proporcionar; a habitação e transportes, o espaço público e os serviços públicos, desde logo a saúde e a educação, até à cultura e à segurança.

O direito à cidade é como todos os direitos: tem de ser conquistado. O Bloco tem de estar na primeira linha deste combate.

3. Nova lei das rendas – Contra a desertificação - Defender quem cá mora

O aumento brutal das rendas da habitação e a vaga de despejos estão a empobrecer muitas famílias, aqui incluídas muitas mulheres. Está em causa o direito à habitação e a Câmara do Porto deixou andar.

A lei das rendas do Governo PSD/CDS é a causa primeira da especulação imobiliária e da expulsão dos Portuenses da sua cidade.

Muitas famílias com carência habitacional grave estão a precisar de realojamento. Os bairros sociais necessitam de reabilitação. Há freguesias a perder população, de forma acentuada, nos últimos dois anos. Os preços das rendas tornaram-se incontroláveis, até para salários médios.

Vamos apoiar quem cá mora, lutaremos para mudar a lei das rendas e controlar o alojamento local. Baixar as rendas e estabilizar contratos de arrendamento. As famílias precisam de ser realojadas rapidamente. O governo, a câmara e o turismo têm de pagar a reabilitação/construção de habitação pública. **Esta é a campanha política necessária e urgente. Ninguém pode ficar para trás.**

4. Descarboxiar a cidade – arejar as mentalidades

A cidade organizada em função do automóvel é o maior contra-senso quando se quer combater as alterações climáticas e defender o ambiente e a qualidade de vida urbana.

O transporte público não poluente fazem parte da solução. A mudança começa já na maior oferta de transporte público e pelo **bilhete diário a preço acessível e universal para todos os transportes públicos à escala metropolitana.**

Não podemos continuar à espera, a descarboxiação era já para ontem.

5. Cidadania e eco urbanismo

Eco urbanismo é ter **visão global dos problemas e garantir a participação cidadã.** É recusar a segregação urbana e social que serve os interesses imobiliários e especulativos. Não chega ficar pelo formalismo das consultas públicas obrigatórias, nem sequer pelo orçamento participativo.

Queremos mais mecanismos de participação, queremos **mais referendos locais.**

A promoção da **agricultura urbana e dos circuitos curtos de produtos agroalimentares** (aproximar a produção do consumo) é um desígnio para toda a cidade, para a ocupação dos espaços e dos tempos livres, como complemento de rendimento familiar ou apenas para autoconsumo. A cidade tem de saber partilhar o espaço com os animais.

O espaço público não é privatizável e tem de ser qualificado e participado. Queremos praças e bairros com as características que os tornam diferentes.

6. Alimentação adequada é direito universal

Sabemos de situações de desnutrição ou de má nutrição, principalmente em grupos sociais mais vulneráveis, que afetam desde os mais pequenos até aos mais velhos. Combater as desigualdades exige uma política municipal intersectorial que assegure a **concretização do direito humano a uma alimentação adequada para todas/os.**

O Bloco quer que o Porto tenha uma estratégia de alimentação e nutrição, com a participação das e dos moradores/as e das comunidades.

7. Discriminações atentam contra o direito à cidade

Venham de onde vierem, as **discriminações são atentados ao direito pleno à cidade** e à cidadania. Somos uma cidade orgulhosamente multicultural e multirracial, que defendemos. Somos uma cidade que combate todas as violências, incluindo a doméstica, de género, homofóbica e racista. Somos uma cidade que promove a igualdade de género. Somos uma cidade que combate a exclusão, a pobreza e a morada da rua.

8. Integração dos precários no município e nas freguesias

O PREVPAP abriu a possibilidade de integração dos trabalhadores precários dos municípios, das empresas municipais e das freguesias. Se no município se está a fazer o caminho, o mesmo não acontece em algumas empresas municipais e em algumas freguesias onde está a haver muita resistência para que tal aconteça.

É preciso que as e os autarcas do Bloco lutem pela **regularização de todas as situações para que ninguém fique excluído.**

9. Cidade de cultura ao invés de cidade do espetáculo

Também na política cultural, assistimos à turistificação por parte da CMPorto que aposta em eventos para a gestão de espaços e manifesta desinteresse no trabalho com os agentes da cultura, coletividades, grupos de cidadãos e cidadãs da cidade. É preciso incentivar o trabalho, promovendo a criação de públicos, a sua fixação e o enriquecimento cultural. Todo o apoio às coletividades recreativas culturais e desportivas, aos grupos de teatro e aos artistas da cidade em todos os campos de produção artística.

Numa cidade que cresce cada vez mais fortemente polarizada em termos de classe social, o acesso à cultura não pode ser mais um fator de marginalização e de acentuação dessa polarização. **Lutamos pela cultura para a liberdade, a democracia e a participação.**

10. Reforçar rede de influência e de ação a partir das freguesias e da cidadania – Todas/os são precisos, todos/as têm lugar

O alargamento e consolidação da influência política na cidade começa nas freguesias, na proximidade e na comunicação que geram. A nossa presença autárquica, nas freguesias, traz novas oportunidades e responsabilidades ao Bloco.

Reforçar o trabalho em rede de todos e todas as/os autarcas de freguesia e entre estes/as e as/os eleitos/as nos órgãos do município é uma prioridade.

É o trabalho de proximidade em ligação permanente com a população que permite um melhor conhecimento dos seus problemas e propostas de solução. A plena intervenção do Bloco ao nível dos órgãos do município só será possível se estiver em permanente diálogo com esta rede de autarcas das freguesias e dos diversos ativistas e grupos de trabalho sectorial.

Um projeto político que não chega aos locais, às freguesias e aos bairros, é um projeto fechado e elitista.

Faremos reuniões mensais com todos os/as autarcas para fazer circular informação, articular propostas, preparar apoio mútuo e dinamizar iniciativas dentro e fora das autarquias.

A nossa política começa nos bairros e nas freguesias. Onde todos/as são precisos. Todas/os têm lugar.

11. MAIS DEMOCRACIA COM A REGIONALIZAÇÃO

A descentralização democrática não é uma questão do interior ou das autarquias. É um problema do Estado e da democracia. Nos países com burguesias locais historicamente fortes, os setores hegemónicos no centro foram obrigados a ceder poderes e recursos. Em Portugal, uma burguesia débil, dependente do Estado central, conservadora e paroquialista, nunca teve força, com exceção de alguns episódios, para impor medidas descentralizadoras.

Nos tempos modernos, descentralizar é democratizar o Estado e desse modo possibilitar, no âmbito do conflito social, que as decisões reflitam prioridades sociais e políticas mais próximas e com maior intervenção da cidadania.

O Estado centralista fica evidente quando se comparam, por exemplo, os níveis da despesa pública subnacional em percentagem do PIB. Em Portugal (2016) foi de 6,1%, nos 28 países da UE foi 15,9% e na média dos 34 países da OCDE rondou os 16,6%.

A municipalização PS/PSD é o inverso da proximidade. Onde devia conferir mais autonomia, como na escola ou na saúde, entrega decisões ao município. Onde devia aproximar os cidadãos da decisão, como no caso dos fundos ou das redes supramunicipais, dá as competências às CIM que nem mecanismos de controlo democrático têm. Nos casos em que as competências precisam de escala, dispersa-as de modo a serem agregadas pela entrega a privados.

Descentralização democrática confere atribuições, competências e meios a órgãos regionais com legitimidade própria, sujeitos ao escrutínio democrático e transparente. A regionalização é o princípio da descentralização e da participação, sem alienação das responsabilidades do Estado social. O referendo para a instituição das regiões administrativas em concreto, na próxima legislatura, é o momento da mobilização pelo direito das populações a tomarem as decisões que afetam as suas/nossas vidas.

Lista B

Direito à Cidade conquista-se à Esquerda

- 1 – Maria Jose Magalhães
- 2 – Antonio Joaquim Sa Luz
- 3 – Esmeralda Mateus
- 4 – Paulo Renato Cardoso Ricardo
- 5 – Ana Paula Canotilho
- 6 – Luís Miguel Vale Fernandes Vale
- 7 – Jéssica Sofia de Jesus
- 8 – Antonio J F Gonçalves
- 9 – Cecília Maria Marques Amaral Pinto
- 10 – Pedro Albuquerque Dias
- 11 – Daniela Raquel Pinto Borges
- 12 – Ricardo André Lima Salabert
- 13 – Flora Maria Cairões
- 14 – Jorge Nicolau de Sousa Lourenço
- 15 – Diogo Miguel Pinto Borges

Supletenes:

- 1- Arlindo Rodrigues Cairões

O Mandataria da Lista: - Sá Luz - 919920374

Representante da Lista Comissão Eleitoral - Sá Luz - 919920374

Porto, 13 de Março de 2019

